

309

RECONHECIMENTO DE ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NO CONTEXTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Doutor/Ph.D. Clovis Antonio Kronbauer [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. Clari Schuh [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. Ernani Ott [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. David Souza Simon [ORCID iD](#)

Unisinos, Porto Alegre, RS, Brazil

Doutor/Ph.D. Clovis Antonio Kronbauer

[0000-0002-1454-9243](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

PPG em Ciências Contábeis

Doutor/Ph.D. Clari Schuh

[0000-0002-0972-0579](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

PPG em Ciências Contábeis da Unisinos

Doutor/Ph.D. Ernani Ott

[0000-0001-6712-8525](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

PPG em Ciências Contábeis da Unisinos

Doutor/Ph.D. David Souza Simon

[0000-0003-0741-4567](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

PPG em Ciências Contábeis Unisinos

Resumo/Abstract

O estudo analisou o impacto da adoção das International Financial Reporting Standards (IFRS) no reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos (RAFD) como prática de gerenciamento de resultados (GR) em empresas brasileiras de capital aberto. Para a pesquisa, utilizaram-se dados da Economática®, do Laboratório de Finanças e Risco da FEA-USP, e dados disponíveis no site da B3. O período de análise foi de 2006 a 2017, considerando que a adoção das IFRS no Brasil ocorreu a partir de 2008. Para análise dos efeitos da adoção das IFRS no RAFD, criaram-se janelas que caracterizam os períodos pré-implantação, intermediário e pós-implantação das IFRS. Como métrica para GR foi utilizado o



modelo Jones Modificado e Jones Original. A amostra foi composta por 81 empresas e 764 observações. Os achados sobre a origem e natureza dos AFD revelaram uma falta de uniformidade nas publicações, e um aumento de designações no período Pós IFRS. Para verificar o impacto das práticas de GR sobre o reconhecimento dos AFD, e como foi afetado com as IFRS, estimaram-se modelos por meio do método Generalized Estimating Equations (GEE) incluindo termos de interação entre o GR e variáveis dummy representando os períodos intermediário e Pós IFRS. O resultado indica que a sensibilidade dos AFD ao GR é menor nos períodos intermediário e Pós IFRS. Ainda, há uma tendência das empresas em reconhecerem mais AFD quando a sua liquidez corrente (LC) é menor. Considerando o índice ROE (retorno sobre o patrimônio líquido) verifica-se uma tendência das empresas com mais GR reconhecerem mais AFD.

Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Contabilidade Financeira e Finanças (CFF) / Financial Accounting and Finance



RECONHECIMENTO DE ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NO CONTEXTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

RESUMO

O estudo analisou o impacto da adoção das International Financial Reporting Standards (IFRS) no reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos (RAFD) como prática de gerenciamento de resultados (GR) em empresas brasileiras de capital aberto. Para a pesquisa, utilizaram-se dados da Economática®, do Laboratório de Finanças e Risco da FEA-USP, e dados disponíveis no site da B3. O período de análise foi de 2006 a 2017, considerando que a adoção das IFRS no Brasil ocorreu a partir de 2008. Para análise dos efeitos da adoção das IFRS no RAFD, criaram-se janelas que caracterizam os períodos pré-implantação, intermediário e pós-implantação das IFRS. Como métrica para GR foi utilizado o modelo Jones Modificado e Jones Original. A amostra foi composta por 81 empresas e 764 observações. Os achados sobre a origem e natureza dos AFD revelaram uma falta de uniformidade nas publicações, e um aumento de designações no período Pós IFRS. Para verificar o impacto das práticas de GR sobre o reconhecimento dos AFD, e como foi afetado com as IFRS, estimaram-se modelos por meio do método Generalized Estimating Equations (GEE) incluindo termos de interação entre o GR e variáveis dummy representando os períodos intermediário e Pós IFRS. O resultado indica que a sensibilidade dos AFD ao GR é menor nos períodos intermediário e Pós IFRS. Ainda, há uma tendência das empresas em reconhecerem mais AFD quando a sua liquidez corrente (LC) é menor. Considerando o índice ROE (retorno sobre o patrimônio líquido) verifica-se uma tendência das empresas com mais GR reconhecerem mais AFD. **Palavras-chave:** Ativos Fiscais Diferidos; Gerenciamento de Resultados; Tributos Sobre Lucros.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo ocorreram mudanças no tipo de usuários, formas de informação e decisão do que é útil ou não para a tomada de decisões econômicas (Iudícibus, 2015). Igualmente, os relatórios financeiros são constituídos sob a orientação da NBC TG Estrutura Conceitual, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro, com o escopo de estabelecer as características qualitativas e prover informações que sejam úteis à tomada de decisão dos usuários (Conselho Federal de Contabilidade, 2019).

No entanto, o objetivo da contabilidade fica afetado pela interferência da legislação tributária (Nouri & Abaoub, 2014). A relação entre a contabilidade e o fisco é tradicionalmente marcada pela existência de desarmonia e, em alguns casos, de notável relevância entre ambas as disciplinas. As causas desta relação problemática estão nos diferentes usuários das informações contábeis com objetivos diferentes (Rojas et al., 2010). Como resultado, a contabilidade fornece informações discrepantes, por utilizar-se de normas contábeis para tratar certas operações e de regras fiscais e legais para outras.

Para disciplinar esta desarmonia entre as normas contábeis e a legislação fiscal, o Financial Accounting Standards Board (FASB), nos Estados Unidos, e o International Accounting Standards Board (IASB), ao nível internacional, emitiram normas que regulam o tratamento contábil do imposto sobre lucros e seus efeitos temporários na estrutura patrimonial das empresas e no resultado. No Brasil, esse aspecto está regulamentado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que editou o Pronunciamento Técnico CPC 32 (2009), o qual tem por objetivo definir o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. Este pronunciamento do CPC teve a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por



meio da Deliberação CVM n.º 599/09 (Comissão de Valores Mobiliários, 2009), e do Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC n.º 1.189/09 (Conselho Federal de Contabilidade, 2009) que aprovou a NBCTG 32 R4 (Conselho Federal de Contabilidade, 2017).

A partir desta norma, se observa que as diferenças entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial são as diferenças temporárias, que afetam ou podem afetar a apuração dos tributos sobre o lucro. Essas diferenças temporárias de reconhecimento de receitas e despesas originam os ativos e passivos fiscais diferidos. Ainda, os ativos fiscais diferidos (AFD) podem ter origem: (i) por ocasião de prejuízos fiscais compensáveis em períodos futuros; (ii) pela adoção de diferentes critérios de mensuração de elementos do ativo e do passivo (Fernández et al., 2003).

As decisões de reconhecimento dos ativos fiscais diferidos (RAFD) são interdependentes (Ramírez et al., 2014), os fatores explicativos podem ser sobrepostos gerando resultados inconsistentes. Ramírez et al. (2014) destacam que “as pesquisas empíricas nesta área se caracterizam por um aumento contínuo da solicitação de informações relativas às métricas que, paralelamente, desenvolvem um intenso debate acerca da utilidade de informação sobre os ativos ou passivos fiscais diferidos” (p. 174).

Contudo, existem discussões favoráveis e desfavoráveis sobre o assunto. Jeanjean e Stolowy (2008) evidenciam limitações aos efeitos das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) em ambientes informacionais, citando o julgamento e a utilização de informações protegidas pelos gestores, sugerindo práticas de gerenciamento de resultados (GR) (Lyu et al., 2014). As IFRS podem proporcionar maior qualidade aos resultados contábeis (Armstrong et al., 2010), mas pela flexibilidade da norma podem não contemplar as particularidades informacionais contábeis de cada país (Ahmed et al., 2013), levando as empresas ao GR. Portanto, houve uma mudança institucional, exigindo das empresas a adequação às IFRS, provocando mudanças significativas na contabilidade brasileira, principalmente, no sentido da desvinculação da contabilidade societária da contabilidade tributária.

No presente estudo se analisa o impacto da adoção das IFRS no reconhecimento de ativos fiscais diferidos (ADF) como prática de gerenciamento de resultados (GR) em empresas brasileiras de capital aberto do IBOVESPA. O estudo difere dos demais (Anceles, 2012; Covarsí & Ramírez, 2003; França et al., 2015; Gomes, 2015; Gordon & Joos, 2004; Gupta, 1995; Kronbauer & Alves, 2008; Kronbauer et al., 2009; Kronbauer et al., 2010; Martinez & Ronconi, 2013; Miller & Skinner, 1998; Oliveira et al., 2008; Rojas et al., 2010; Schuh et al., 2018) por investigar o reconhecimento de AFD no contexto das empresas que negociam suas ações na B3 e compõem o IBOVESPA, e por testá-lo por meio da utilização de métricas de GR.

As pesquisas já realizadas relatam a relação entre o reconhecimento de AFD e indicadores econômicos, de modo a sugerir tal prática com GR, porém não testam empiricamente esta relação com modelos de GR. Ainda, o estudo contribui para a discussão dos efeitos da adoção do IFRS no cenário nacional. A contribuição principal está em testar o reconhecimento de AFD com modelos de GR (Jones Original e Jones Modificado). Neste contexto de mudanças normativas em relação ao reconhecimento de AFD, espera-se que a adoção das IFRS melhore a qualidade da informação e diminua o GR nas empresas brasileiras.

O artigo está organizado em cinco partes. A primeira parte apresenta a introdução; a segunda parte aborda a construção das hipóteses; na terceira parte apresentam-se os procedimentos metodológicos; e na quarta parte os dados e resultados. O artigo se encerra com as considerações finais (quinta parte).

2 DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES

A qualidade da informação contábil é especificada pelo Financial Accounting Standards Board (2008a), por meio da sua utilidade para a tomada de decisão (*Statement of Financial Accounting Concepts No. 1 – SFAC 1*). Do mesmo modo, relevância e confiabilidade são as principais qualidades que tornam a informação contábil útil para a tomada de decisão. Assim, para ser útil, a informação deve ser confiável e relevante (Financial Accounting Standards Board, 2008b). A neutralidade é mais uma qualidade da informação contábil, de tal forma que a escolha entre alternativas de contabilização deve estar livre de viés para um resultado predeterminado (Financial Accounting Standards Board, 2008b). No Brasil, o CFC (2019) aprovou a resolução CFC n.º 2019/NBC TG EC, publicada no DOU em 16/12/2019 que dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro, enfatizando que o objetivo do relatório financeiro é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta. Da mesma forma, a Resolução CFC n.º 1.189/09 (Conselho Federal de Contabilidade, 2009) aprovou a NBCTG 32 R4 (Conselho Federal de Contabilidade, 2017), a qual define o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro.

A qualidade da informação contábil é influenciada por diversos fatores regulatórios, como os padrões de contabilidade de alta qualidade (Christensen et al., 2013; Houqe et al., 2012; Iatridis, 2010), a origem do sistema legal do país (Bushman & Piotroski, 2006; Soderstrom & Sun, 2007) e a influência do sistema tributário na magnitude do alinhamento entre o lucro contábil e o lucro tributável (Houqe et al., 2012; Soderstrom & Sun, 2007). Da mesma forma, a qualidade dos resultados das empresas é influenciada por características da empresa, práticas de reporte financeiro, governança e controles, incentivos do mercado de capitais e fatores externos (Dechow et al., 2010). Assim, considerando que o Brasil aderiu as IFRS em 2008, pressupõem-se que a adoção das IFRS modificou os AFD reconhecidos, o que leva a formulação da primeira hipótese:

H1: O RAFD está relacionado com a natureza dos AFD.

As instituições determinam o resultado econômico de uma sociedade (North, 1990), entendidas como as regras do jogo. Essas regras são caracterizadas como formais (leis e contratos) e informais (condutas, comportamentos) (North, 1990). Assim, o novo sistema contábil normativo poderá influenciar na economia da sociedade, seja por dividendos aos acionistas ou pelo pagamento dos tributos sobre o lucro. Para Macagnan (2013), as instituições são distintas de um lugar para outro e para North (1993) as instituições políticas e econômicas são as determinantes fundamentais do desempenho econômico.

A Teoria Institucional proporciona uma lente importante para estudar GR e as influências das instituições (Li et al., 2008). De tal modo, o cumprimento das obrigações fiscais é afetado por fatores como leis, normas, costumes e valores socioculturais (Alm et al., 2012). Logo, considerando a mudança institucional no Brasil, formula-se a segunda hipótese:

H2: O RAFD está relacionado com a mudança institucional.

O GR é percebido por Schipper (1989) como uma “intervenção proposital no processo de evidenciação externa, com a intenção de obter algum ganho privado” (p. 92). Para Healy e Wahlen (1999), o GR ocorre com o intuito de “alterar informações financeiras ou iludir alguns investidores sobre o desempenho econômico da companhia” (p. 368).

Em estudos com empresas sediadas no Brasil, Domingos et al. (2013) reportaram que as empresas utilizam as contas: Despesa com Depreciação, Outras Receitas Operacionais, Ajustes de Avaliação Patrimonial e Provisões de Curto Prazo para gerenciar os resultados contábeis. Joia e Nakao (2014) verificaram que empresas maiores e com maior proporção de capital próprio tendem a produzir relatórios com melhor qualidade, independentemente da



adoção de IFRS. Pelucio-Grecco et al. (2014) indicam que o ambiente regulatório possui efeitos limitantes e a transição para a IFRS teve um efeito restritivo sobre o GR no Brasil. Além disso, estudos sobre AFD sugerem que as empresas se utilizaram do reconhecimento dos AFD para GR (Chao et al., 2004; Covarsí & Ramírez, 2003; Fields et al., 2001; Gordon & Joos, 2004; Kronbauer et al., 2010; Kronbauer et al., 2012; Modigliani & Miller, 1963; Paulo, 2007; Martinez, 2001; 2006; 2008; Oliveira et al., 2008; Schrand & Wong, 2003; Schuh et al., 2018).

Entre as finalidades da adoção das IFRS está a busca por qualidade nas informações divulgadas pelas empresas, consequentemente tendo um menor alisamento e uma maior confiança na informação contábil (Nouri & Abaoub, 2014). Assim, para examinar a relação do RAFD com os AFD e investigar a relação do RAFD com o GR, propõe-se a terceira hipótese:

H3: O RAFD está relacionado com GR.

O tema AFD tem gerado interesse nas últimas décadas. Miller e Skinner (1998), apontam que o subsídio é maior para empresas com mais ativos fiscais diferidos e menor para empresas com maior lucro tributável futuro esperado. Covarsí e Ramírez (2003) indicam o reconhecimento dos referidos ativos como motivação para melhorar os índices de endividamento. Madeira (2015) verificou que o montante dos passivos fiscais diferidos foi superior ao montante dos AFD em todos os anos pesquisados. Kronbauer et al. (2010), reportaram as variáveis Endividamento, Liquidez Geral, Rentabilidade e Tamanho das empresas como relevantes para explicar a variabilidade no reconhecimento de AFD, ao nível de significância de 1%, sugerindo a utilização oportunista das margens facilitadas pelas normas contábeis. Gordon e Joos (2004) apontaram que no Reino Unido os gestores apresentavam tendência para divulgar as circunstâncias que ocasionariam uma redução no imposto a pagar, independentemente de reconhecer impostos diferidos.

A relação com fatores como alavancagem, liquidez corrente, ativo imobilizado (intensidade de capital), ativo intangível, exportações, tamanho da empresa, estado de localização da sede da empresa, endividamento e lucratividade, podem evidenciar o reconhecimento dos AFDs (Almeida & Lemes, 2013; Anceles, 2012; Gordon & Joos, 2004; Gupta, 1995; Kronbauer & Alves, 2008; Kronbauer et al., 2014; Martinez & Ronconi, 2015; Martinez & Ronconi, 2013; Ramírez et al., 2014; Rojas et al., 2010; Schrand & Wong, 2003).

Assim, para verificar a relação do RAFD com fatores determinantes, pressupõem-se (no período Pós IFRS) uma relação menos intensa entre o RAFD e as variáveis explicativas, as quais remetiam ao uso destes ativos como instrumento de GR. Apresenta-se, assim, a quarta hipótese:

H4a – O RAFD está relacionado com a alavancagem; H4b – com a liquidez corrente; H4c - com a liquidez geral; H4d - com o imobilizado; H4e - com o intangível; H4f - com o endividamento; H4g – com o tamanho; H4h - com o retorno do patrimônio líquido.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da Pesquisa, Coleta e Tratamento dos Dados

A pesquisa se caracteriza quanto ao objetivo como explicativa, realizada por meio de pesquisa documental com dados secundários e abordagem quantitativa do problema (Creswell, 2010). Foram utilizados dados públicos, extraídos do banco de dados Económica®, dados do Laboratório de Finanças e Risco (RiskFinLab) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA USP) e dados disponíveis nos *sites* da Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

As informações contábeis e financeiras foram extraídas das notas explicativas das companhias abertas que compuseram a amostra, disponibilizadas no banco de dados do

RiskFinLab, referente aos períodos de 2007 a 2017 e do *site* da B3 para o ano de 2006. Nas notas explicativas foram coletados os dados das variáveis dependentes (ativos fiscais diferidos): AFD Total, PF (Prejuízos Fiscais) e Demais AFD; a identificação dos itens de origem dos AFD, sua natureza e respectivos valores. Do banco de dados da Economática® foram extraídas as informações contábeis padronizadas de companhias abertas para as variáveis de controle: endividamento (END), alavancagem (ALAV), liquidez corrente (LC), liquidez geral (LG), imobilizado (IMOB), intangível (INTANG), tamanho - medido pelo total do ativo - (TAM) e retorno sobre o patrimônio líquido (ROE). Do mesmo banco de dados foram extraídas as informações contábeis necessárias para a mensuração da variável independente GR.

Para a definição do período, considerou-se a adoção das IFRS no Brasil a partir de 2008. No entanto, diversos CPCs só foram editados e exigidos a partir de 2010, e de forma compulsória. Para analisar os efeitos da adoção das IFRS sobre os aspectos analisados foram consideradas janelas que caracterizaram o período Pré IFRS, intermediário e Pós IFRS. Como métrica para GR foi utilizado o modelo Jones Modificado, o qual foi alterado em relação ao modelo de Jones Original (1991) para compreender o quanto as empresas gerenciam ou não seus resultados. Como procedimento adicional de robustez, foi utilizado o modelo Jones Original (1991). Como ferramenta de análise utilizou-se o *software* STATA 15 (Statacorp, 2015).

As variáveis do estudo, sua operacionalização e a base teórica/empírica são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Variáveis do estudo (continua)

Variáveis	Classificação	Operacionalização	Base Teórica/Empírica
Índice de Ativo Fiscal Diferido (IAFD)	Dependente	$\left(\frac{\text{Ativo Fiscal Diferido}}{\text{Ativo Total}}\right)$	Kronbauer et al. (2010)
Gerenciamento de Resultados (GR)	Independente	Resíduos do Modelo de Jones Modificado	Martinez (2001), Kang e Sivaramakrishnan (1995)
Gerenciamento de Resultados (GR)	Independente	Resíduos do Modelo de Jones Original (1991)	
Período Anterior a Adoção das IFRS (PREIFRS)	Independente	Variável <i>dummy</i> , sendo 1 para quando os dados se referem ao período anterior a adoção das IFRS e 0 para o caso contrário.	
Período Intermediário a Adoção das IFRS (INTIFRS)	Independente	Variável <i>dummy</i> , sendo 1 para quando os dados se referem ao período intermediário da adoção das IFRS e 0 para o caso contrário.	
Período Posterior a Adoção das IFRS (POSIFRS)	Independente	Variável <i>dummy</i> , sendo 1 para quando os dados se referem ao período posterior a adoção das IFRS e 0 para o caso contrário.	
Alavancagem (ALV)	Controle	$\left(\frac{PC + PNC}{PL}\right)$	Anceles (2012), Gupta (1995), Kronbauer et al. (2014)
Liquidez Corrente (LC)	Controle	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Anceles (2012), Kronbauer et al. (2014)
Liquidez Geral (LG)	Controle	$\left(\frac{AC + ARLP}{PC + PNC}\right)$	Kronbauer et al. (2010)

Ativo Imobilizado (IMOB)	Controle	Logaritmo natural do valor do Ativo Imobilizado	Anceles (2012), Kronbauer et al. (2014)
Intangível (INT)	Controle	Logaritmo natural do valor do Ativo Intangível	Anceles (2012), Kronbauer et al. (2014)
Endividamento (ENDIV)	Controle	$\frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Ativo Total}}$	Covarsí e Ramírez (2003), Gordan e Roos (2004), Gupta (1995) Kronbauer e Alves (2008), Kronbauer et al. (2010), Kronbauer et al. (2012), Lisowzky (2010), Mayoral e Segura (2014), Paulo et al. (2007), Rojas et al. (2010), Fernández-Rodríguez e Martínez-Arias (2015), Sousa (2017), Wilson (2009),
Tamanho (TAM)	Controle	Ativo Total	Kronbauer et al. (2010; 2014);
ROE	Controle	$\left(\frac{LL}{PL}\right)$	Gordon e Joos (2004), Kronbauer et al. (2010), Rojas et al. (2010)

Fonte: dados da pesquisa.

Para a análise descritiva de dados utilizou-se estatística univariada. Posteriormente, para avaliar o impacto da adoção das IFRS na relação entre o GR e o RAFD utilizou-se a técnica de regressão com dados em painel. Para a escolha do modelo de painel, entre efeitos fixos, aleatórios ou POLS, foram realizados os testes de *Breusch-Pagan*, *Chow* e de *Hausman*, resultando como mais adequado o modelo de efeitos fixos.

Considerando que os AFD representam uma proporção, cujos valores mínimos são aglutinados em valor 0, realizou-se como procedimento adicional de robustez a estimação de regressão por meio de modelo de resposta fracional, utilizando-se o método de *Generalized Estimating Equations* com dados em painel (GEE), método que apresenta vantagens quanto a estimação quando a variável dependente é limitada entre 0 e 1 (Wooldridge, 2010). Sempre que possível, os erros padrão reportados são estimados com base em matriz de variância-covariância robusta para heteroscedasticidade e autocorrelação, de modo a minimizar problemas decorrentes desses fenômenos.

3.2 População e Amostra

A população do estudo foi composta pelas companhias brasileiras de capital aberto participantes do IBOVESPA, considerando-se o período de 2006 a 2017. A escolha das empresas do IBOVESPA ocorreu devido ao índice ser formado pelas ações com maior volume negociado na B3. Como critério de seleção da companhia, esta precisava estar listada no IBOVESPA em pelo menos um dos anos da análise, e ter dados disponíveis ao menos em um dos anos do período analisado.

Inicialmente 113 empresas foram selecionadas. No entanto, foram excluídas da amostra as empresas financeiras, tendo em vista que os modelos de Jones Original e Jones Modificado não são próprios para medir o GR em empresas financeiras (Martinez & Ronconi, 2013). Assim, a amostra foi composta por 81 companhias brasileiras participantes do IBOVESPA, durante o período de 2006 a 2017, constituindo, assim, uma amostragem não probabilística. Vale lembrar que partindo do pressuposto de que estas empresas cumprem com a norma da CVM, as quais regulam o reconhecimento de ativos fiscais diferidos no balanço patrimonial, espera-se

encontrar entre as variáveis utilizadas no modelo dados que descrevam o impacto da adoção das IFRS no reconhecimento de tais ativos.

3.3 Modelos Econométricos

A partir da apresentação das variáveis, sua operacionalização e base teórica/empírica, têm-se definido na sequência os modelos econométricos. O modelo tem variáveis *dummy*, representativas do período Intermediário (2008 e 2009) e Pós IFRS (2010 a 2017). Assim, o período Pré IFRS é definido como período base e as duas variáveis *dummies* capturam o efeito diferencial do momento INTIFRS e do momento POSIFRS no reconhecimento de AFDs, conforme o modelo a seguir.

$$IAFD_{it} = \beta_0 + \beta_1 GR_{it} + \beta_2 INTIFRS_{it} + \beta_3 POSIFRS_{it} + \beta_4 ALV_{it} + \beta_5 LG_{it} + \beta_6 IMOB_{it} + \beta_7 INT_{it} + \beta_8 ENDV_{it} + \beta_9 TAM_{it} + \beta_{10} ROE_{it} + u_{it} \quad (1)$$

Foi criado previamente um índice de IADF para cada tipo de natureza. Na sequência apresentam-se o Prejuízo Fiscal ($IADFPREJF_{it}$) e as diferenças temporárias ($IAFDDIFTEMP_{it}$).

$$IADFPREJF_{it} = \beta_0 + \beta_1 GR_{it} + \beta_2 INTIFRS_{it} + \beta_3 POSIFRS_{it} + \beta_4 ALV_{it} + \beta_5 LG_{it} + \beta_6 IMOB_{it} + \beta_7 INT_{it} + \beta_8 ENDV_{it} + \beta_9 TAM_{it} + \beta_{10} ROE_{it} + u_{it} \quad (2)$$

$$IAFDDIFTEMP_{it} = \beta_0 + \beta_1 GR_{it} + \beta_2 INTIFRS_{it} + \beta_3 POSIFRS_{it} + \beta_4 ALV_{it} + \beta_5 LG_{it} + \beta_6 IMOB_{it} + \beta_7 INT_{it} + \beta_8 ENDV_{it} + \beta_9 TAM_{it} + \beta_{10} ROE_{it} + u_{it} \quad (3)$$

Para medir se o impacto de GR no RAFD foi de alguma forma afetado pelo período INTIFRS e POSIFRS, incluiu-se nos modelos os termos de interação GR x INTIFRS e GR x POSIFRS. Esses termos objetivaram capturar o efeito diferencial de GR em cada período.

Para entendimento dos resultados, considerou-se conveniente deixar na estrutura dos resultados a descrição detalhada, a justificativa pela escolha dos modelos e a sequência dos modelos testados. Assim, a descrição do uso do modelo dados em painel simples, winsorizado, GEE e GEE interação, encontra-se nos resultados, à medida que são apresentados os modelos testados.

4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, apresenta-se uma descrição das alterações ocorridas, especialmente nas origens dos AFD durante o período analisado. Na sequência, é apresentada a estatística descritiva das variáveis, dos períodos Pré, Intermediário e Pós IFRS. Em seguida, apresenta-se a matriz de correlação, os principais resultados encontrados nas regressões e as análises realizadas a partir desses resultados. Para tratamento dos *outliers* foi excluída a empresa MMX que possuía números discrepantes. A distribuição das variáveis utilizadas não apresentou *outliers* com valores não razoáveis. Para robustez, os modelos foram estimados com variáveis winsorizadas, não resultando em mudanças qualitativamente significativas quanto a significância e direção do sinal do efeito.

4.1 Natureza e Origem dos AFD no Período Analisado

Procedeu-se uma análise minuciosa nas notas explicativas das empresas da amostra objetivando identificar os itens que deram origem aos AFD, ou seja, sua natureza e seus respectivos valores.

Inicialmente, observou-se uma abundância de itens que deram origem aos AFD. Com base nos dados coletados, observou-se que, além dos prejuízos fiscais, 137 designações distintas geraram AFD com base em diferenças temporárias (AFD DT). Percebeu-se uma falta da uniformidade nas publicações das empresas, sendo que a mudança maior ocorreu durante o processo de adoção das normas internacionais de contabilidade.

O item principal corresponde aos prejuízos fiscais, os quais representam o valor mais significativo de AFD reconhecidos. A média de AFD reconhecidos, originada de prejuízos fiscais no período anterior à adoção das IFRS foi de R\$ 91.943 mil. No período intermediário, quando as novas normas ainda não eram obrigatórias, mas mesmo assim muitas companhias já iniciavam sua adoção, os valores médios de AFD reconhecidos face aos prejuízos fiscais passou para R\$ 210.042 mil, um acréscimo de 128,45%. Por fim, no período Pós IFRS, o valor médio de AFD identificados, naquelas empresas que os reconheceram, passou para R\$ 431.210 mil, representando um acréscimo de 369% em relação ao período Pré IFRS e 105,3% em relação ao período intermediário.

Mesmo entendendo que se tratam de período distintos, onde o período Pós IFRS abrange mais exercícios, constata-se uma mudança significativa nos valores reconhecidos de AFD decorrentes de prejuízos fiscais. No período intermediário sobreveio a crise financeira mundial e no período posterior a crise econômica brasileira, desta forma poder-se-ia justificar os acréscimos nos AFD como decorrentes de maiores perdas nas empresas. Contudo, está em curso uma mudança institucional, a adoção das IFRS, o que pode influenciar nas práticas contábeis das empresas e no RAFD por perdas fiscais.

Na sequência, verificou-se a quantidade de itens que deram origem aos AFD DT entre resultado contábil e base fiscal. Ao total foram 137 designações distintas. No período Pré IFRS foram 51 denominações, no período Intermediário 73 e no período Pós 125. Percebe-se que no período após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, o número de tipos de eventos que geraram AFD DT foi maior que o observado nos períodos anteriores, especialmente em relação ao período Pré IFRS. O aumento de tipos de itens que ocasionaram o reconhecimento de AFD DT foi de 145,1% (51 itens para 125 itens), consequentemente, acarretando aumento dos montantes reconhecidos.

4.2 Estatística Descritiva das Variáveis

A partir dos dados de 81 empresas integrantes do IBOVESPA que compuseram a amostra no período entre 2006 e 2017, obteve-se 764 observações empresas/ano. Apresentam-se os resultados referentes ao estudo para os períodos Pré IFRS (Tabela 1), Intermediário (Tabela 2) e Pós IFRS (Tabela 3).

Tabela 1 - Estatística descritiva das variáveis no período Pré IFRS

Variáveis	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio
AFD_Total_sAT	.0295359	.0194528	0	.1721082	.0355048
AFD DT_sAT	.0202598	.0142872	0	.0816287	.0227694
PF_sAT	.0092761	.0003177	0	.1024224	.0199335
Residuals_Jones_Model	-7.74e-18	-.0741532	-.6762552	1.338015	.3182736
Residuals_Modified_Jones_Model	-5.09e-18	-.0881652	-.578807	1.406892	.3327112

ENDIV	.5429336	.5269696	.2215765	.913574	.1338127
LC	1.804639	1.603762	.4907896	6.761968	.989173
LG	1.975118	1.897651	1.094602	4.513114	.5934043
IMOB	14.24093	14.71049	7.707063	18.75673	2.299524
INTANG	0	0	0	0	0
TAM	15.71954	15.79507	13.26784	19.25891	1.256416
ROE	.1876038	.1485887	-.121582	1.446658	.2035719
Observações					74

Nota: A Tabela mostra as estatísticas descritivas das variáveis: AFD_Total_sAT – resultado da divisão do Total dos Ativos Fiscais Diferidos pelo Ativo Total, AFD DT_sAT - resultado da divisão dos Ativos Fiscais Diferidos de Diferenças Temporárias pelo Ativo Total, PF-sAT – resultado da divisão do Prejuízo Fiscal pelo Ativo Total, Residuals_Jones – Residuais do modelo Jones, Residuals_JMod – Residuais do modelo Jones Modificado, ENDIV – endividamento, LC – liquidez corrente, LG – liquidez geral, IMOB – imobilizado, INTANG – intangível, TAM – logaritmo do valor do ativo total, ROE – lucro líquido sobre os ativos totais.

Fonte: Dados da pesquisa.

A média do nível de GR das companhias no período foi negativa em 7,74 no modelo de Jones Original e 5,09 no modelo de Jones Modificado (Tabela 1), ou seja, os modelos sugerem que as organizações estavam gerenciando seus resultados para baixo.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas das variáveis do período intermediário IFRS

Variáveis	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio
AFD_Total_sAT	.0389737	.0300871	0	.2645036	.0412768
AFD DT_sAT	.0242299	.0166459	0	.0932435	.0235212
PF_sAT	.0147438	.0023637	0	.2221571	.0289504
Residuals_Jones_Model	-.0138441	-.0489028	-.6526947	.6973161	.181025
Residuals_Modified_Jones_Model	-.0104409	-.0528703	-.6411259	.7820715	.1907311
ENDIV	.594547	.5905296	.0868156	1.211125	.1755539
LC	1.730544	1.52873	.2273171	10.27457	1.125043
LG	1.903803	1.693397	.8256784	11.51867	1.036362
IMOB	14.52094	15.14334	9.351753	19.25459	2.058285
INTANG	0	0	0	0	0
TAM	15.95361	16.07352	13.1215	19.66081	1.303627
ROE	.1930193	.1347448	-6.047532	13.03229	1.480186
Observações					146

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se que a média de AFD Total registrados nas companhias analisadas teve um aumento se comparado com o período PRÉ de 2,95% (Tabela 1) para 3,89% (Tabela 2), aumento este atrelado a variável Prejuízo Fiscal.

Tabela 3 - Estatísticas descritivas das variáveis do período Pós IFRS

Variáveis	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio
AFD_Total_sAT	.0450172	.0370007	0	.557447	.0468335
AFD DT_sAT	.0289797	.0207275	0	.3816651	.0318562
PF_sAT	.0160375	.0057792	0	.175782	.0259234
Residuals_Jones_Model	-.0079214	-.0158002	-3.655064	1.841029	.2120309
Residuals_Modified_Jones_Model	-.0070812	-.0186932	-3.759833	1.967117	.2203314
ENDIV	.5960112	.5784078	.1567069	2.087404	.1975065
LC	1.755529	1.551827	.1268141	33.3916	1.6397
LG	1.885965	1.728884	.4790639	6.381339	.7677062
IMOB	14.05347	14.8095	2.079442	20.26096	2.877434

INTANG	13.52147	14.53492	0	18.23553	3.235646
TAM	16.56359	16.48333	13.22228	20.61806	1.185694
ROE	.0986277	.0893321	-2.064489	2.681496	.3555543
Observações					544

Fonte: dados da pesquisa.

No período Pós IFRS verificou-se a maior média dos níveis de AFD Total registrados nas companhias analisadas. A média foi de 0,045, representando um percentual médio de 4,5% de AFD Total sobre o ativo total das organizações analisadas.

A média do nível de GR das companhias no período foi negativa em 0,0079 no modelo de Jones Original e 0,0070 no modelo de Jones Modificado, sugerindo que as organizações estavam gerenciando seus resultados para baixo. Constata-se um crescimento razoável do desvio padrão dos AFD no período Pós IFRS, de 0,03550 para 0,04683, o que sugere que as empresas da amostra podem estar reconhecendo mais AFD. Este resultado vai ao encontro dos achados descritos no item 4.1, onde foi constatado que no período Pós IFRS ocorreu um aumento no volume de reconhecimento dos AFD.

4.3 Matriz de Correlação das Variáveis

A existência de relação de colinearidade entre duas ou mais variáveis independentes em estimações de regressões múltiplas, resulta em problemas de estimação dos coeficientes e inferência estatística (Gujarati & Porter, 2011; Wooldridge, 2014). Admite-se que a correlação entre duas variáveis acima de 0,80 é um indício de problema de multicolinearidade (Gujarati & Porter, 2011).

As variáveis ALAV e END representam o mesmo constructo teórico, correspondente ao nível de capital de terceiros das empresas analisadas. Assim, excluiu-se a variável ALAV da estimação inicial dos modelos do estudo. Posteriormente, como análise de robustez, os resultados foram novamente estimados com a variável ALAV ao invés de END. A Tabela 4 apresenta a correlação entre as variáveis do modelo econométrico. Pode-se observar que não ocorreu problema de multicolinearidade entre as variáveis da pesquisa, visto que as duas maiores correlações (LG e ENDIV 0,7916 e TAM e IMOB 0,6374) ficaram no nível de correlação aceito.

Tabela 4 - Matriz de correlação das variáveis

	AFD_To~ T	Demais~T	PF_sAT	Residu..	R~Modi~1	ENDIV	LC
AFD_Total_ ~T	1						
DemaisAFD _~T	0.8336*	1					
PF_sAT	0.7761*	0.2987*	1				
Residuals_J ~	-0.0344	-0.0555	0.0039	1			
R~Modified ~1	-0.0372	-0.0553	-0.0012	0.9949*	1		
ENDIV	0.1974*	0.1924*	0.1213*	-0.1509*	-0.1455*	1	
LC	-0.1598*	-0.1606*	-0.0927*	0.1933*	0.1893*	-0.2967*	1
LG	0.1553*	-0.1503*	-0.0968*	0.1524*	0.1435*	-0.7916*	0.4216*
IMOB	0.0618	0.0254	0.0778*	-0.3101*	-0.3083*	0.1294*	-0.2664*
INTANG	0.1042*	0.1195*	0.0436	-0.0593	-0.0577	0.0919*	-0.1069*
TAM	0.0256	0.0457	-0.0079	-0.2271*	-0.2219*	0.0813*	-0.1061*
ROE	0.0794*	0.1384*	-0.0209	0.0288	0.0337	0.0750*	-0.0358

	LG	IMOB	INTANG	TAM	ROE
LG	1				
IMOB	-0.2621*	1			
INTANG	-0.1175*	0.1615*	1		
TAM	-0.1752*	0.6374*	0.3782*	1	
ROE	-0.0347	-0.0548	-0.0626	-0.1010*	1

Nota: O padrão de significância: + 0.1 Significativo ao nível de 10%.

* 0.05 Significativo ao nível de 5%; ** 0.01 Significativo ao nível de 1%; *** 0.001 Significativo ao nível de 0,1%.

Fonte: dados da pesquisa.

Percebe-se que o endividamento está correlacionado positivamente ao nível de 19,74%, significando que empresas com maior endividamento tendem a reconhecer mais AFD para melhorar seus índices de liquidez. Esses resultados estão em oposição aos estudos de Anceles (2012), Madeira (2015), e Schuh et al. (2018). No entanto, vão ao encontro dos estudos de Covarsí e Ramírez (2003), Kronbauer e Alves (2008), Kronbauer et al., (2010), Lisowsky (2010), Mayoral e Segura (2014), Fernández-Rodríguez e Martínez-Arias (2015), Sousa (2017) e Wilson (2009).

A LC tem uma associação significativa de 15,98%, porém negativa com o RAFD Total, o que significa que organizações que têm problemas de LC tendem a reconhecer mais AFD, bem como aquelas organizações que reconhecem o AFD tendem a ter uma LC menor. Quanto maior a LC, menor o AFD Total. Quanto maior o AFD Total, menor será a liquidez. A LG está correlacionada negativamente em 15,53% com AFD Total, o que significa que empresas com LG alta tendem a reconhecer menos AFD. Os resultados corroboram os encontrados nos estudos de Anceles (2012), Kronbauer et al. (2010) e Kronbauer et al. (2014).

A variável intangível está correlacionada positivamente com o AFD Total a um nível de 10,42%, ou seja, empresas com valor intangível maior, tendem a reconhecer mais AFD, corroborando resultados dos estudos de Anceles (2012) e Kronbauer et al. (2014).

O ROE também está correlacionado positivamente ao nível de 7,94% com os AFD, ou seja, empresas com maior retorno sobre o seu patrimônio líquido tendem a reconhecer mais AFD. Esses resultados confirmam os achados de Gordon e Joos (2004), Kronbauer et al. (2010) e Rojas et al. (2010).

4.4 Análise Multivariada

4.4.1 Análise com Dados em Painel

Os dados foram avaliados inicialmente por meio de estimação de painéis com efeitos fixos e efeitos aleatórios, e posteriormente por meio de regressões do tipo *Generalized Estimating Equation* (GEE). As regressões do método GEE são próprias para variáveis dependentes fracionais, com valores limitados entre 0 e 1 (Papke & Wooldridge, 2008). Essas estimações foram realizadas inicialmente tendo o residual do modelo de Jones Modificado como variável dependente, e após como medida de robustez pelo modelo de Jones Original, considerando os três períodos em análise do estudo.

Em complemento à análise da matriz de correlações, visando verificar a existência de problemas de multicolinearidade, realizou-se o teste de fator de inflação de variância (*Variance Inflation Factor* - VIF), sobre uma estimativa de regressão linear por mínimos quadrados ordinários considerando as variáveis. O resultado do teste VIF não revelou problemas com multicolinearidade, nenhuma variável com VIF superior a 10, valor apontado na literatura como

nível crítico para a ocorrência de problemas de multicolinearidade (Gujarati & Porter, 2011; Wooldridge, 2014).

Testou-se o ajuste do modelo de regressão linear, no entanto, a análise dos resíduos mostrou que a distribuição não segue normalidade, tanto o teste de *Jarque-Bera* quanto o teste de *Shapiro-Wilk* resultaram em um p-valor $< 0,0001$, o que poderia trazer problemas de viés nos coeficientes do modelo. Os modelos em questão foram estimados com efeitos fixos, tendo em vista o resultado do teste de *Hausman*, sugerindo que os modelos de efeitos fixos são mais adequados para a amostra, em comparação aos modelos de efeitos aleatórios.

No entanto, nenhuma das variáveis de interesse apresentou significância estatística a pelo menos 5%, de modo que a variação do GR (medido pelos resíduos de Jones Modificado e Jones Original) não explica a variação dos AFD medidos por AFD Total, PF ou AFD DT. As variáveis dependentes AFD_Total, PF e AFD DT são calculadas como uma razão desses números sobre o ativo total da empresa, portanto, devem assumir valores entre 0 e 1, como consequência, os modelos foram novamente estimados por meio do método GEE.

Para métodos alternativos de estimação econométrica, busca-se ratificar os resultados apurados no modelo inicial, através da análise de significância estatística dos coeficientes das variáveis, aplicando o método de estimação *Generalized Estimating Equations* (GEE) (Simon, 2018).

Críticas são apresentadas pela literatura econométrica quando utilizados modelos com variáveis dependentes, as quais admitem característica fracionária, limitadas entre 0 e 1 (Gallani & Wooldridge, 2015; Papke & Wooldridge, 2008). Para esses casos, Papke e Wooldridge (2008), recomendam a utilização de modelos de resposta fracional, e no caso de dados em painel o modelo de GEE, sendo um modelo similar à regressão logística, próprio para variáveis fracionais, aceitando variáveis dependentes com valor distribuído entre 0 e 1. Estimou-se pelo método GEE, tendo os residuais do modelo de Jones Modificado como variável de interesse principal e depois pelo modelo Jones Original, no entanto, o modelo não apresentou poder explicativo aceito. Nesse sentido, na busca por um modelo com maior poder explicativo, a literatura sugere estimar os modelos por meio do método GEE interação.

Os modelos estimados por meio do método GEE medem o efeito do período intermediário e Pós IFRS e o efeito do GR em separado. Para verificar se há efeitos de interação entre a adoção das IFRS e o GR, os modelos foram estimados contendo um termo de interação entre os períodos e o nível de GR. Nesse estudo analisam-se três períodos (Pré, Intermediário e Pós IFRS), e quando há variável *dummy* (que soma 1), uma delas é excluída do modelo. Nesse caso optou-se por excluir o período Pré IFRS.

Dessa forma, o modelo foi estimado utilizando-se o período Pré IFRS para base, com a interação (inclusão no modelo) das duas variáveis, período INT e Pós IFRS, onde foi multiplicado o GR (medido pelo resíduo do modelo Jones Modificado) pela *dummy* INT e multiplicado pela *dummy* Pós IFRS. Ou seja, quando da multiplicação dos dois períodos, testou-se a sensibilidade dos AFDs aos *accruals*, em períodos INT e Pós IFRS.

Assim, o objetivo da análise dessa interação é verificar se a influência da variação dos resíduos de Jones Modificado no RAFD é a mesma nos diferentes períodos. Ou seja, examinar se no período Pós IFRS, a variação do resíduo de Jones Modificado tem um maior impacto na variação dos índices do estudo. A Tabela 5 apresenta os dados.

Tabela 5 - Estimação de modelos de dados em painel por meio de *Generalized Estimating Equations* (GEE) interação tendo os residuais do modelo de Jones Modificado como variável de interesse principal

	(1)	(2)	(3)
	AFD Totais	PF	AFD DT
Residuals_Modified_Jones_Model	0.53939	0.55184	0.49991+

	(0.33063)	(0.78686)	(0.26534)
Residuals_Modified_Jones_Model x INT_IFRS	-0.29208 (0.27374)	-0.33608 (0.76259)	-0.21227 (0.34528)
Residuals_Modified_Jones_Model x POS_IFRS	-0.57877 (0.37970)	-0.39443 (0.95284)	-0.60440+ (0.31622)
INT_IFRS=1	0.25227+ (0.13002)	0.43931+ (0.26141)	0.15136 (0.12401)
POS_IFRS=1	0.85186 (0.53197)	1.06623* (0.53046)	0.76673 (0.58421)
ENDIV	0.57081 (0.56886)	0.32142 (1.09748)	0.66398 (0.41063)
LC	-0.15202* (0.07328)	-0.25198+ (0.14649)	-0.07857* (0.03965)
LG	-0.09903 (0.16556)	-0.19170 (0.38404)	-0.07318 (0.14276)
IMOB	-0.02597 (0.03874)	0.04341 (0.04668)	-0.05526 (0.04059)
INTANG	-0.03304 (0.03906)	-0.03903 (0.02673)	-0.03148 (0.04529)
TAM	0.01757 (0.07336)	0.01579 (0.11491)	-0.00694 (0.08188)
ROE	0.04482 (0.03016)	-0.01952 (0.08926)	0.07483*** (0.01884)
Constant	-3.31607** (1.24885)	-5.00188* (2.33243)	-3.11714* (1.28718)
chi2	19.460	45.711	92.614
Observações	764	764	764

Nota: Valores entre parênteses indicam o erro padrão da estimativa. +Significativo ao nível de 10%, *Significativo ao nível de 5%; **Significativo ao nível de 1%; ***Significativo ao nível de 0,1%.

Observa-se na Tabela 5 que o efeito de GEE interação foi significativo a 10% no período Pré e Pós IFRS nos AFD DT. Por ser uma estatística marginalmente significativa, sugerem-se estudos com uma amostra maior.

Para robustez valeu-se igualmente do modelo de resíduo Jones Original para investigar se os resultados são qualitativamente similares (Tabela 6). Observa-se que o termo de interação entre o GR é significativo para os AFD DT ao nível de 5%, ou seja, tem efeito de interação nesse modelo. Isso significa que a relação entre o GR e os AFD DT diferem dos demais períodos nos períodos após a adoção dos IFRS.

Tabela 6 - Estimação de modelos de dados em painel por meio de *Generalized Estimating Equations* (GEE) interação tendo os residuais do modelo de Jones Original como variável de interesse principal

	(1) AFD Totais	(2) PF	(3) AFD DT
Residuals_Jones_Model	0.63195+ (0.34900)	0.64719 (0.85106)	0.58301* (0.27099)
Residuals_Jones_Model x INT_IFRS	-0.36173 (0.30556)	-0.28963 (0.83711)	-0.33828 (0.37724)
Residuals_Jones_Model x POS_IFRS	-0.66349+ (0.40195)	-0.49316 (1.00440)	-0.67764* (0.33062)
INT_IFRS=1	0.25369+ (0.12990)	0.44171+ (0.26109)	0.15325 (0.12357)
POS_IFRS=1	0.85527 (0.53318)	1.07084* (0.53203)	0.76755 (0.58487)

ENDIV	0.56860 (0.56768)	0.32048 (1.09626)	0.66197 (0.41068)
LC	-0.15392* (0.07342)	-0.25558+ (0.14678)	-0.07983* (0.04018)
LG	-0.09944 (0.16562)	-0.18982 (0.38290)	-0.07419 (0.14311)
IMOB	-0.02574 (0.03869)	0.04426 (0.04637)	-0.05549 (0.04062)
INTANG	-0.03325 (0.03924)	-0.03951 (0.02729)	-0.03139 (0.04534)
TAM	0.01793 (0.07360)	0.01853 (0.11446)	-0.00811 (0.08231)
ROE	0.04497 (0.03029)	-0.01917 (0.09118)	0.07444*** (0.01878)
Constant	-3.32079** (1.25155)	-5.05546* (2.32651)	-3.09146* (1.29100)
chi2	20.815	44.678	92.661
Observações	764	764	764

Nota: Valores entre parênteses indicam o erro padrão da estimativa. +Significativo ao nível de 10%,

*Significativo ao nível de 5%; **Significativo ao nível de 1%; ***Significativo ao nível de 0,1%.

Observa-se (Tabela 6) que tanto no período Int como no Pós IFRS, se comparado com o período Pré IFRS, há relação de GR e RAFD. No período Int, há uma relação menor entre GR e o RAFD, mas não estatisticamente significativa. No entanto, no período Pós IFRS a relação é significativa para os AFD Totais a 10%, e para os AFD DT ao nível de 5%. Ou seja, pelo coeficiente do período Pré (0,58301) tem-se que à medida que aumenta o resíduo de Jones Original também aumenta o índice AFD DT. Isso ocorre também no período Int, mas a diferença é menor. Já no período Pós IFRS o coeficiente é negativo, ou seja, tem diminuição da relação à medida que aumenta o resíduo do Jones Original, diminui o índice dos AFD DT.

Em suma, os dados mostram que a sensibilidade dos AFD aos *accruals* (GR) é menor nos períodos Int e Pós IFRS. No entanto, no período Pós IFRS é estatisticamente significativo. Assim, diminuindo a sensibilidade, a relação de GR com reconhecimento de AFD DT diminui. Esse fato pode estar relacionado com a mudança institucional, ou seja, a adoção das normas internacionais de contabilidade.

Além disso, as variáveis de controle LC e ROE apresentaram uma relação significativa. Na LC a relação de significância é negativa ao nível de 5% nos AFD Totais e nos AFD DT. Já no PF o nível é de apenas 10%, ou seja, estatisticamente não tem significância. Isso significa que a tendência das empresas em reconhecerem mais AFD, especificamente AFD DT, ocorre quando a sua LC é menor. Isso ocorre também com LG, IMOB e INTANG, só que estatisticamente não é significativo.

Já quanto a variável ROE, a relação de significância é positiva ao nível de 0,1%, quanto maior o retorno sobre o patrimônio líquido, maior é o nível de RAFD, em especial nos AFD DT. Isso significa uma tendência das empresas com mais GR reconhecerem mais AFD, mais especificamente AFD DT. No entanto, no período Pós IFRS esta prática diminuiu. Este resultado é contrário ao reportado em estudos anteriores (Kronbauer et al., 2010), que descrevem que quanto menor o ROE, maior o nível de RAFD.

Analisando os modelos, GEE e GEE interação, percebem-se indícios de que a propensão a reconhecer os AFD é influenciada pelos níveis de GR das empresas, e o nível de tal influência foi afetado pela adoção das IFRS. Ainda, como robustez, os modelos GEE e GEE interação foram estimados substituindo a variável endividamento pela variável alavancagem. Os



resultados não foram alterados estatisticamente e nem quanto à direção do sinal das variáveis dependentes principais. Assim, a análise não ficou prejudicada pela escolha da variável END.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou analisar o impacto da adoção das IFRS no RAFD como prática de GR em empresas brasileiras de capital aberto do IBOVESPA. Observou-se que além dos prejuízos fiscais, 137 denominações distintas geraram AFD com base em diferenças temporárias. Percebeu-se a falta de uniformidade nas publicações das empresas, assim como uma mudança durante o processo de adoção das normas internacionais de contabilidade. Esse resultado sugere que a mudança institucional influenciou na mudança da prática contábil das empresas. Na análise descritiva percebeu-se um crescimento considerável no desvio padrão dos AFD no período Pós IFRS, o que sugere que as empresas podem estar reconhecendo mais AFD. Estes resultados permitem confirmar as hipóteses H1 – que a adoção das IFRS modifica os AFDs reconhecidos, e H2 – que a adoção das IFRS acarreta aumento no RAFD.

O resultado do efeito de GEE interação foi significativo a 10% no período Pré e Pós IFRS nos AFD DT no modelo Jones Modificado e ao nível de 5% no modelo Jones Original. Os resultados apontam que no período Pós IFRS houve diminuição da relação à medida que aumenta o resíduo do Jones Original, diminui o índice dos AFD DT. Ou seja, a sensibilidade dos AFD ao GR é menor no período Int e Pós IFRS, no entanto, no período Pós IFRS é estatisticamente significativo. Este resultado pode estar relacionado com a mudança institucional (adoção das IFRS). Assim, confirma-se H3, de que após a adoção das IFRS diminui o impacto do GR sobre AFD.

Adicionalmente, verificou-se uma tendência das empresas em reconhecerem mais AFD, especificamente AFD DT, o que ocorre quando a sua LC é menor. Quanto maior o retorno sobre o patrimônio líquido, maior é o nível de RAFD, em especial nos ADF DT. Ou seja, há uma tendência das empresas com mais GR reconhecerem mais AFD, mais especificamente AFD DT. Todavia, no período Pós IFRS esta prática diminuiu. Desse modo confirmam-se H4b e H4h. O estudo se explica pela Teoria Institucional, pois houve uma mudança institucional (a adoção das IFRS) e essa mudança evidencia que a sensibilidade de ADF ao GR é menor. Ele continua existindo, no entanto, a sensibilidade é menor no período Pós IFRS. Ainda, no período Pós IFRS mais AFD DT foram reconhecidos se comparado com os períodos anteriores.

Apesar dos resultados encontrados, a pesquisa possui limitações como as bases de dados utilizadas para o estudo, a coleta nas notas explicativas, os modelos de GR utilizados. Sugerem-se pesquisas qualitativas sobre diferentes tipos de diferenças temporárias, criação de índices/indicadores que agrupem as diferenças temporárias, para analisar algumas induzidas por regras tributárias. Também, estudos *cross country* que comparem as empresas brasileiras a outras que adotaram as IFRS no mesmo período, mas com diferentes legislações tributárias. Ainda, outros modelos de *earnings management*, tipo KS.

REFERÊNCIAS

- Ahmed, A. S., Neel, M., & Wang, D. (2013). Does mandatory adoption of IFRS improve accounting quality? Preliminary evidence. *Contemporary accounting research*, 30(4), 1344-1372.
- Alm, J., Kirchler, E., & Muehlbacher, S. (2012). Combining psychology and economics in the analysis of compliance: From enforcement to cooperation. *Economic analysis and Policy*, 42(2), 133-151.



Almeida, N. S. D., & Lemes, S. (2013). Evidências do entendimento de quatro pronunciamentos contábeis por auditores independentes do Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 17, 83-105.

Anceles, E. K. (2012). *Fatores explicativos do reconhecimento de ativos fiscais recuperáveis, diferidos e litigiosos: um estudo em empresas do ramo de agronegócios*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Repositório digital da biblioteca da Unisinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3697>

Armstrong, C. S., Barth, M. E., Jagolinzer, A. D., & Riedl, E. J. (2010). Market reaction to the adoption of IFRS in Europe. *The accounting review*, 85(1), 31-61.

Bushman, R. M., & Piotroski, J. D. (2006). Financial reporting incentives for conservative accounting: The influence of legal and political institutions. *Journal of accounting and economics*, 42(1-2), 107-148.

Chao, C. L., Kelsey, R. L., Horng, S. M., & Chiu, C. Y. (2004). Evidence of earnings management from the measurement of the deferred tax allowance account. *The Engineering Economist*, 49(1), 63-93.

Christensen, H. B., Hail, L., & Leuz, C. (2013). Mandatory IFRS reporting and changes in enforcement. *Journal of accounting and economics*, 56(2-3), 147-177.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (2009). *Deliberação CVM nº 599/09, de 15 de setembro de 2009*. http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=%5Cdeli%5Cdeli599.doc.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (2009). *Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro*. http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_32.pdf.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2019). *NBCTG EC Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro*. Brasília. http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2019/NBCTGEC.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2017). *NBCTG 32 R4 – Tributos sobre o lucro*. [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG32\(R4\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG32(R4).pdf).

Covarsí, M. G. A., & Ramírez, C. Z. (2003). Análisis de los factores determinantes en el reconocimiento de créditos por pérdidas fiscales en las empresas españolas. *Spanish Journal of Finance and Accounting/Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 32(117), 395-429.

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. [3ª ed.] Artmed/Bookman.

Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of accounting and economics*, 50(2-3), 344-401.

Domingos, S. R. M., Lima, S. M., & Ponte, V. M. R. (2013). Income smoothing: um estudo após a adoção do IFRS no Brasil. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 11(2), 181-199.

Financial Accounting Standards Board (2008a). *Statement of Financial Accounting Concepts No. 1 – SFAC 1. Objectives of financial reporting by business enterprises*. http://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220132541&acceptedDisclaimer=true.

Financial Accounting Standards Board (2008b). *Statement of Financial Accounting Concepts No. 2 – SFAC 2. Qualitative characteristics of accounting information*. <http://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs&blobkey=id&blobwhere=1175820900526&blobheader=application%2Fpdf>.



- Fernández, R. E., Martínez, A. A. & Álvarez, G. S. (2003). Contabilidad versus fiscalidad: situación actual y perspectivas de futuro en el marco del libro blanco de la contabilidad. *Documentos - Instituto de Estudios Fiscales*, 2, 1-26
- Fernández-Rodríguez, E., & Martínez-Arias, A. (2015). La discrecionalidad en las diferencias temporarias entre Contabilidad y Fiscalidad. *Spanish Journal of Finance and Accounting/Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 44(2), 180-207.
- Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 255-307.
- França, J. A. De; Souza, G. H. E.; Sandoval, W. S. (2015). O impacto do crédito tributário diferido no patrimônio líquido dos bancos no Brasil: um estudo da causalidade das variações do ativo fiscal diferido nas variações do patrimônio líquido. [Congresso]. Congresso USP de Contabilidade e Controladoria, São Paulo.
- Gallani, S., & Wooldridge, J. M. (2015). Applications of fractional response model to the study of bounded dependent variables in accounting research. *Harvard Business School Working Paper*, 16(16), 1-57.
- Gomes, S. T. (2015). *Incentivos fiscais para a manipulação de resultados: reporte fiscal de prejuízos*. [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal]. Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/19279>
- Gordon, E. A., & Joos, P. R. (2004). Unrecognized deferred taxes: evidence from the UK. *The Accounting Review*, 79(1), 97-124.
- Gujarati, D. N. & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica*. [5ª ed.]. Bookman.
- Gupta, S. (1995). Determinants of choice between partial and comprehensive income tax allocation: the case of the domestic international sales corporation. *The Accounting Review*, 70(3), 489-511.
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, 13(4), 365-383.
- Houqe, M. N., van Zijl, T., Dunstan, K., & Karim, A. W. (2012). The effect of IFRS adoption and investor protection on earnings quality around the world. *The International journal of accounting*, 47(3), 333-355.
- Iatridis, G. (2010). International Financial Reporting Standards and the quality of financial statement information. *International review of financial analysis*, 19(3), 193-204.
- Iudícibus, S. de. (2015). *Teoria da contabilidade*. [11ª ed.]. Atlas.
- Jeanjean, T., & Stolowy, H. (2008). Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal of accounting and public policy*, 27(6), 480-494.
- Joia, R. M., & Nakao, S. H. (2014). Adoção de IFRS e gerenciamento de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 8(1), 22-38.
- Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of accounting research*, 29(2), 193-228.
- Kang, S. H., & Sivaramakrishnan, K. (1995). Issues in testing earnings management and an instrumental variable approach. *Journal of accounting Research*, 33(2), 353-367.
- Kronbauer, C. A., & Alves, T. W. (2008). Fatores determinantes no reconhecimento de ativos fiscais diferidos numa amostra de empresas do Ibovespa no período de 2003/2005. [Encontro]. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, ENANPAD. Rio de Janeiro.



- Kronbauer, C. A.; Anceles, E. K.; Alves, T. W. & Thomaz, J. L. P. (2014). *Fatores explicativos do reconhecimento de ativos fiscais: evidências no setor de agronegócio*. [Congresso]. Congresso Da Associação Nacional De Programas De Pós-Graduação Em Ciências Contábeis - Anpcont. Rio de Janeiro.
- Kronbauer, C. A., Rojas, J. M., & Souza, M. A. (2009). Tratamento contábil dos tributos sobre o lucro: um estudo comparativo entre as normas brasileiras da CVM e do CFC e a norma internacional de contabilidade N° 12 do IASB. *RIC - Revista de Informação Contábil*, 3(1), 58-88.
- Kronbauer, C. A.; Rojas, J. M.; Souza, M. A.; Ott, E. (2012). Evidencia de utilización oportunista de normas contables en el reconocimiento de pasivos fiscales diferidos en empresas brasileñas y españolas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(16), 39-51.
- Kronbauer, C. A., Souza, M. A., Alves, T. W., & Rojas, J. M. (2010). Fatores determinantes do reconhecimento de ativos fiscais diferidos. *Revista Universo Contábil*, 6(4), 68-88.
- Li, J., Moy, J., Lam, K., & Chris Chu, W. L. (2008). Institutional pillars and corruption at the societal level. *Journal of Business Ethics*, 83(2), 327-339.
- Lisowsky, P. (2010). Seeking shelter: Empirically modeling tax shelters using financial statement information. *The Accounting Review*, 85(5), 1693-1720.
- Lyu, C., Yuen, D. C., Zhang, X., & Zhang, N. (2014). The impact of IFRS adoption on real activities manipulation: Evidence from China. *Journal of Applied Management Accounting Research*, 12(2), 17-40.
- Macagnan, C. B. (2013). Teoría institucional: escrito teórico sobre los protagonistas de la escuela institucionalista de economía (Institutional theory: a review of the main representatives of the institutionalist school of economics). *BASE-Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 10(2), 130-141.
- Madeira, F. L. (2015). *Características dos tributos diferidos nas companhias abertas brasileiras após a adoção das IFRS*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca digital de teses e dissertação. <http://www.bdt.uerj.br/handle/1/8146>
- Martinez, A. L. (2004, October). *Análise da surpresa dos analistas ao anúncio dos resultados contábeis: evidências empíricas para as companhias abertas brasileiras*. [Congresso]. Anais do 4º Congresso USP, São Paulo.
- Martinez, A. L. (2008). Martinez, A. L. (2008). Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(46), 7-17.
- Martinez, A. L. (2001). *Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo das companhias abertas brasileiras*. [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. Digital Library USP. Doi: 10.11606/T.12.2002.tde-14052002-110538
- Martinez, A. L., & Ronconi, L. B. (2015). Conteúdo informativo do lucro tributável em relação ao lucro contábil no Brasil – antes e após o regime de transição tributária (RTT). *Contabilidade Vista & Revista*, 26(1), 35-56.
- Martinez, A. L., & Ronconi, L. B. (2013). The informativeness of taxable income and book income before and after the adoption of IFRS in Brazil. *Business Management Dynamics*, 3(5), 51.
- Mayoral, J. M., & Segura, A. S. (2014). Compensación fiscal de pérdidas: determinantes de su activación, impacto en las cuentas anuales y aprovechamiento de los créditos. *Revista de Contabilidad*, 17(1), 17-29.
- Miller, G. S., & Skinner, D. J. (1998). Determinants of the valuation allowance for deferred tax assets under SFAS n.º 109. *The Accounting Review*, 73(2), 213-233.

- Modigliani, F., & Miller, M. H. (1963). Corporate income taxes and the cost of capital: a correction. *The American economic review*, 53(3), 433-443.
- North, D. (1993, December). Desempeño económico en el transcurso de los años. In *Conferência de Douglass C. North em Estocolmo, Suécia* (Vol. 9).
- North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge University Press.
- Nouri, Y., & Abaoub, E. (2014). Accounting manipulations and IFRS: Evidence from French companies. *International Journal of Economics and Finance*, 6(11), 229-244.
- Oliveira, V. A., de Almeida, L. C. F., & Lemes, S. (2008). Gerenciamento de resultados contábeis por meio de ativos fiscais diferidos. *Contabilidade Gestão e Governança*, 11(1-2), 153-169.
- Papke, L. E., & Wooldridge, J. M. (2008). Panel data methods for fractional response variables with an application to test pass rates. *Journal of econometrics*, 145(1-2), 121-133.
- Paulo, E. (2007). *Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados*. [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. Digital Library USP. Doi: 10.11606/T.12.2007.tde-28012008-113439
- Paulo, E., Martins, E., & Corrar, L. J. (2007). Detecção do gerenciamento de resultados pela análise do diferimento tributário. *Revista de Administração de Empresas*, 47, 46-59.
- Pelucio-Grecco, M. C., Geron, C. M. S., Grecco, G. B., & Lima, J. P. C. (2014). The effect of IFRS on earnings management in Brazilian non-financial public companies. *Emerging Markets Review*, 21, 42-66.
- Ramírez, C. Z., Rojas, J. M., & Torres, J. A. R. (2014). Contabilidad del impuesto sobre beneficios y resultado global: relevancia valorativa en el mercado financiero español. *Revista de Contabilidad*, 17(2), 174-182.
- Rojas, J. M., Herrera, D. L., Kronbauer, C. A., & Souza, M. A. (2010). La activación de las diferencias temporales positivas en empresas cotizadas españolas: un estudio empírico. *Contabilidade Gestão e Governança*, 13(1).
- Schipper, K. (1989). Earnings management. *Accounting horizons*, 3(4), 91.
- Schrand, C. M., & Wong, M. F. (2003). Earnings management using the valuation allowance for deferred tax assets under SFAS No. 109. *Contemporary Accounting Research*, 20(3), 579-611.
- Schuh, C., Ribeiro, S. P., Simon, D. S., & Kronbauer, C. A. (2018). Fatores influenciadores do reconhecimento de ativos fiscais diferidos em empresas do Ibovespa. *Revista Universo Contábil*, 14(1), 29-49.
- Simon, M. L. A. (2018). *Política de Dividendos no Brasil: As instituições financeiras são diferentes?*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Repositório digital da biblioteca da Unisinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7085>
- Soderstrom, N. S., & Sun, K. J. (2007). IFRS adoption and accounting quality: a review. *European accounting review*, 16(4), 675-702.
- Sousa, A. S. N. (2017). *Serão os impostos um incentivo à manipulação dos resultados? Estudo das empresas ibéricas*. [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra]. Repositório comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/20946>
- Statacorp. *Stata Statistical Software: Release 14*. College Station, TX: StataCorp LP



Wilson, R. J. (2009). An examination of corporate tax shelter participants. *The accounting review*, 84(3), 969-999.

Wooldridge, J. M. (2010) *Introdução à Econometria: Uma abordagem moderna*. Pioneira Thomson Learning.

Wooldridge, J. M. (2014). *Introdução a econometria* (2ª ed.). Cengage Learning.